

GUERRA FRIA: UM PERÍODO, TRÊS OLHARES

Beatriz Figlino¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as diferentes interpretações que o período da Guerra Fria (1945-1991) fomentou dentre acadêmicos de Relações Internacionais no Ocidente. Do conflito bélico da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) emergiram como potências hegemônicas no sistema internacional, figurando a bipolaridade na balança de poder e promovendo discussões a respeito do conflito ideológico entre os acadêmicos das Relações Internacionais. Tendo em vista a diversidade de interpretações de tal conflito, esse artigo analisa as visões de Eric Hobsbawm (historiador inglês), Henry Kissinger (diplomata estadunidense) e Fred Halliday (teórico irlandês), comparando suas óticas às teorias das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Fim da Guerra Fria. Guerra Fria. Eric Hobsbawm. Henry Kissinger. Fred Halliday. Realismo. Neorealismo. Teoria Intersistêmica.

1. INTRODUÇÃO

O conflito bélico da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi marcado pelas pretensões hegemônicas que os países do Eixo – Japão, Itália e Alemanha – tinham no sistema internacional, pretensões essas baseadas em seus respectivos ideais nacionalistas, com destaque para o nazismo (Alemanha) e para o fascismo (Itália). Após terem sido derrotados pelos países Aliados – EUA, URSS, França e Reino Unido –, a conjuntura do sistema internacional e sua balança de poder sofreram modificações e a distribuição de poder se figurou a partir da bipolaridade: URSS e os EUA foram os Estados menos enfraquecidos após o conflito bélico e assumiram a posição de potências hegemônicas no sistema internacional. Os modos de produção e as ideologias sociais e políticas das duas potências hegemônicas, no entanto, eram antagônicos: a URSS se organizava a partir do sistema socialismo soviético; já os EUA, do neoliberalismo econômico (capitalismo).

O período que se estende após o fim da Segunda Guerra Mundial até o final do século XX é denominado de “Guerra Fria”. Este termo foi cunhado por não existir conflito bélico direto entre as potências, mas sim entre seus respectivos aliados. Embora o conflito ideológico

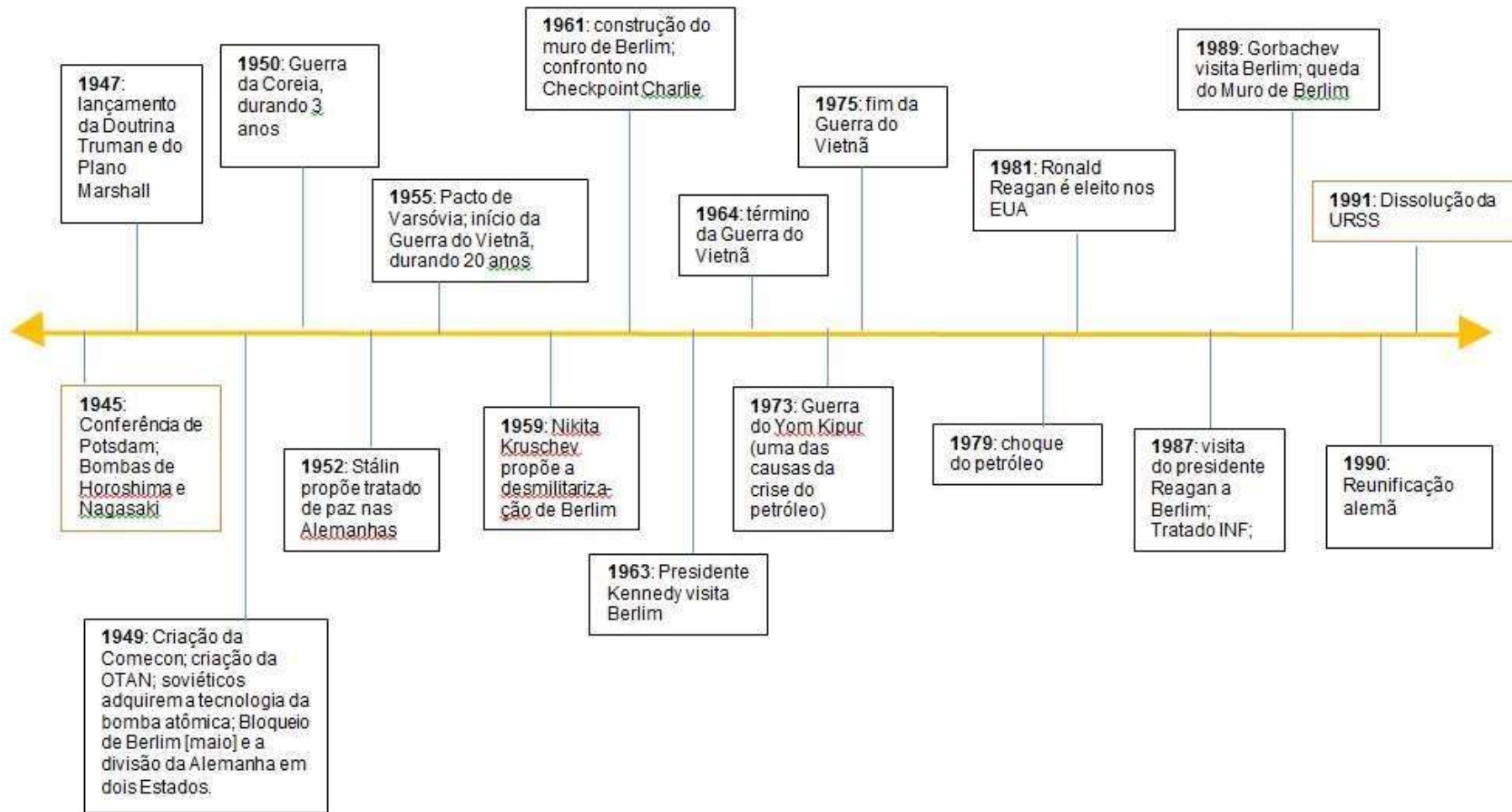
¹ Beatriz Figlino é formada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

fosse indireto, havia o perigo eminente de guerra, uma vez que as potências hegemônicas, EUA e URSS, eram detentoras da tecnologia nuclear. A deterrência explica porque a competição se deu nos campos econômico e cultural: as potências não atiraram armas uma contra a outra, mas se atacaram através do cinema, da música e da propaganda (ARBEX, 1997, p. 19-20).

Há, segundo Arbex (1997), divergências acerca dos marcos que determinam o início e o fim da Guerra Fria e tais divergências existem porque o processo de mudança na ordem mundial (na distribuição de poder) é complexo e engendrado em diversas construções de fatos, seguidos e simultâneos.

A partir da subjetividade de interpretações acerca da Guerra Fria e de seus fatos, explicar-se-ão e analisar-se-ão a seguir três visões distintas acerca dessa competição, relacionando-as com teorias de Relações Internacionais e apresentando um quadro comparativo entre as visões em questão.

LINHA DO TEMPO: PRINCIPAIS FATOS DA GUERRA FRIA



Fonte: Autoria própria

Sem escala

A Guerra Fria inserida no “Breve século XX”

Para Eric Hobsbawm, historiador inglês, a Guerra Fria estaria inserida no espaço de tempo intitulado por ele mesmo como “breve século XX”, período entre 1914 (início da Primeira Guerra Mundial) e 1991 (dissolução da URSS). A Guerra Fria se iniciou após a Segunda Guerra Mundial e tinha como característica principal as competições (principalmente nos campos tecnológico-militar e ideológico) entre as potências hegemônicas EUA e URSS. Os sistemas econômico-sociais das potências eram antagônicos: os EUA se organizavam a partir do sistema capitalista neoliberal, prezando o individualismo e a liberdade; e a URSS, do sistema socialista, prezando o coletivo e a igualdade:

Na medida em que a retórica da Guerra Fria via capitalismo e socialismo, o “mundo livre” e o “totalitarismo”, como dois lados de um abismo intransponível, e rejeitava qualquer tentativa de estabelecer uma ponte, podia-se até dizer que, à parte a possibilidade de suicídio mútuo da guerra nuclear, ela assegurava a sobrevivência do adversário mais fraco (HOBSBAWM, 1999, p. 247).

Embora a balança de poder entre as potências fosse desigual, entre elas existia coexistência pacífica até a década de 1970, período da “primeira Guerra Fria”. A balança de poder desigual existia porque os EUA adquiriram armas nucleares antes das URSS e porque o medo de uma possível guerra nuclear fazia com que as potências hegemônicas aceitassem suas respectivas zonas de influência.

A URSS adquiriu armas nucleares como forma de se assegurar em relação aos EUA em 1953, oito anos após o lançamento da bomba atômica de Hiroshima. A condição daquele Estado após a Segunda Guerra Mundial era de exaustão e, conseqüentemente, sua posição era defensiva, mas os EUA interpretaram que a postura soviética era agressiva e bárbara.

A causa da Guerra Fria, para Hobsbawm, se aproxima da teoria subjetivista das Relações Internacionais: as interpretações equivocadas, fruto de informações obtidas através das respectivas agências de espionagem¹ das potências hegemônicas, traziam a sensação de que um Estado constantemente ameaçava o outro (HOBSBAWM, 1999, p. 230).

¹ CIA (Agência Central de Inteligência, do inglês), agência de espionagem estadunidense, e KGB (Comitê de Segurança do Estado, do russo), agência de espionagem soviética (nota da autora).

Conforme a teoria realista formulada por Morgenthau (2003), os Estados atuam de maneira pragmática no sistema internacional por duas razões: os Estados desconfiam uns dos outros, pois são egoístas e estão à busca de benefício próprio; no sistema internacional não existe uma instituição supranacional que controle e vigie o comportamento e as ações dos Estados, sendo o sistema caracterizado pela anarquia.

Dessa forma, os EUA agiam de maneira pragmática e agressiva no sistema internacional e frente à URSS a fim de manter sua supremacia, pois interpretaram que o capitalismo poderia desaparecer por conta da superioridade do socialismo. Apesar da interpretação estadunidense, a URSS não buscava por guerras, assim como não enxergava o fim do socialismo frente ao capitalismo.

Por isso “se alguém introduziu o caráter de cruzada na *Realpolitik* de confronto internacional de potências, e o manteve lá, esse foi Washington” (HOBBSAWM, 1999, p. 234). A ideologia anticomunista promovida pelos estadunidenses também havia se transformado num alibi político para esse Estado, o que fazia sentido num país dominado pelo individualismo e pelas empresas privadas.

A regra do jogo da Guerra Fria era buscar apoio e influência, porque uma potência hegemônica enxergava a outra como ameaça pelo fato de ambas possuírem armas nucleares. O medo da Destruição Mútua Assegurada (*MAD*, em inglês) fez com que as potências hegemônicas agissem cuidadosa e meticulosamente em suas políticas exteriores, pois se uma batalha nuclear fosse iniciada, corria-se o risco de a raça humana ser destruída. Apesar de ter se chegado muito próximo de uma batalha nuclear durante a crise dos mísseis de Cuba (1962), a deterrência impediu que uma guerra nuclear mundial viesse a ocorrer.

As provocações mútuas, então, traziam estabilidade ao sistema internacional, porque o medo era eminente. Essas provocações, no entanto, garantiram o desenvolvimento da tecnologia na chamada “corrida armamentista”, resultando em inovações marcantes, como o primeiro ser vivo ser lançado ao espaço, a cachorra soviética Laika, e também como um astronauta estadunidense pisar na lua.

A conjuntura após a Segunda Guerra Mundial se transformava continuamente e as potências hegemônicas precisavam manter suas zonas de influência e convencer mais Estados a serem seus aliados. Não foi à toa, inclusive, que foram construídas diversas linhas de demarcação pelo mundo. Também não foi à toa que EUA e URSS lutaram indiretamente através de conflitos bélicos em países como Coreia, Vietnã e China,

trazendo como consequência movimentos de paz e o movimento *hippie* no bloco Ocidental.

A ameaça constante de guerra produziu movimentos internacionais de paz essencialmente dirigidos contra as armas nucleares, os quais de tempos em tempos se tornaram movimentos de massa em partes da Europa, sendo vistos pelos cruzados da Guerra Fria como armas secretas dos comunistas. (HOBSBAWM, 1999, p. 235).

Durante a caça às zonas de influência, o processo de descolonização era visto como uma oportunidade: a Segunda Guerra Mundial enfraqueceu os países colonizadores, principalmente França e Inglaterra, tornando-se caro manter suas colônias na África, na Ásia e no Oriente Médio. Apesar de se declarar anticomunista, a maioria dos novos Estados não se alinhou a nenhuma das potências hegemônicas e, dessa forma, esse novo conjunto de países – que juntos eram mais da metade do mundo – era chamado de “terceiro mundo” (no primeiro mundo se inseriam os países aliados aos EUA; no segundo mundo, os países aliados à URSS).

O apoio econômico e o auxílio financeiro também faziam parte do jogo das zonas de influência. Os EUA financiaram a reconstrução da Europa Ocidental, por exemplo, através do Plano Marshall a fim de recuperar as economias europeias devastadas após a Segunda Guerra Mundial. Já a URSS, em resposta, lançou o Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua) a fim de fomentar a cooperação econômica.

A década de 1970 foi o divisor de águas no período da Guerra Fria pelo advento de uma crise internacional. Os países membros da OPEP perceberam que o petróleo tinha grande valor na economia e, por isso, aumentaram o preço do barril do petróleo, causando um efeito dominó na economia internacional.

Foi durante a década de 1970, também, que houve a distensão entre as potências hegemônicas (*détente*) porque essas reestabeleceram relações diplomáticas e apaziguaram seu relacionamento. O ápice da *détente* aconteceu quando, em 1987, Ronald Reagan e Mikael Gorbachev, chefes de Estado dos EUA e da URSS, respectivamente, assinaram o “Tratado INF” (*Intermediate-Range Nuclear Forces*), eliminando mísseis de alcance intermediário após as conferências de Reykjavik (Islândia) em 1986 e de Washington (EUA) em 1987.

Com as assinaturas no tratado, selou-se o fim da Guerra Fria e iniciou-se a derrocada da URSS: “o paradoxo da Guerra Fria é que o que derrotou e acabou

despedaçando a URSS não foi o confronto, mas a *détente*” (HOBSBAWM, 1999, p. 248). O gradual reestabelecimento de relações entre URSS e EUA levou ao desfalecimento da primeira porque essa estava organizada social e economicamente sob aspectos socialistas, porém competindo (ou tentando competir) com o capitalismo, sistema antagônico caracterizado pela competitividade e pelo individualismo.

O pragmatismo de Henry Kissinger na Guerra Fria

A Guerra Fria, na visão de Kissinger, representou, primeiramente, o fim do sistema de alianças flexíveis da Segunda Guerra Mundial. O tabuleiro internacional foi modificado por conta dos interesses divergentes dos vencedores. A nova conjuntura se caracterizava pela seguinte posição das potências hegemônicas: a França e a Inglaterra estavam exaustas, apesar de terem saído como vitoriosas; a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação entre os vencedores do conflito bélico; Josef Stálin, líder soviético, avançou suas fronteiras para o Oeste.

Durante a Conferência de Potsdam (1945) na Alemanha, buscou-se definir a administração da Alemanha e o estabelecimento da ordem pós-guerra, dividindo o mundo em zonas de influência entre os Aliados para que a paz e o equilíbrio fossem estabelecidos (KISSINGER, 2012, p. 378).

Ao enxergar a política externa e a ideologia da URSS como uma ameaça tanto ao capitalismo como à existência da humanidade (já que a URSS, na visão estadunidense, poderia fazer uso de sua tecnologia nuclear a qualquer momento, pois era liderada por “homens bárbaros”), a política externa dos EUA se voltou para conter o socialismo e, como estratégia, buscou universalizar os valores dos EUA, ligados à liberdade e à democracia.

Para Kissinger, foram os soviéticos que introduziram o caráter de *Realpolitik* à Guerra Fria, e por isso o objetivo dos EUA (autodenominados de “defensores da liberdade e da moralidade”) era conter e “domar” os soviéticos a fim de conduzi-los a uma boa conduta internacionalmente.

À vista disso, não foram as más interpretações de informações e sinais que levaram os Estados um conflito indireto, a Guerra Fria, mas sim o desejo de moralizar e civilizar os soviéticos. Kissinger ressalta a superioridade dos EUA em sua narrativa: o autor destaca que os EUA adquiriram a tecnologia nuclear antes de seu inimigo e complementa sua afirmação alegando que a URSS não era forte nem dinâmica o

suficiente para exercer papel de líder no sistema internacional (KISSINGER, 2012, p. 667).

Como Stálin buscou expandir o Pan-eslavismo e a ideologia socialista na nova ordem mundial, os EUA protegeram suas zonas de influência do “demônio do comunismo” a partir do Plano Marshall, da Doutrina Truman (o anticomunismo na política externa) e da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), além de outras formas de integração regional que ocorreram mais tarde, como a Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Nesse sentido, para Kissinger, a lacuna entre ambas as culturas contribuiu para acender a Guerra Fria, sobretudo ao considerar que o fenômeno da guerra é uma constante do sistema internacional, da mesma maneira que Hans Morgenthau (teórico da corrente Realista das Relações Internacionais) afirma:

[...] a luta pelo poder não só é universal, no tempo e no espaço, como também constitui um inegável fato da experiência. Não é possível negar que, no correr dos tempos históricos, e independentemente de condições sociais, econômicas e políticas, muitos estados se confrontaram uns com os outros em disputas pelo poder. (MORGENTHAU, 2003, p. 62).

A Guerra Fria foi, então, uma “caçada às bruxas comunistas” sob a ótica dos EUA e de seus aliados. Por 40 anos, os Estados do primeiro mundo se posicionaram contra a URSS. O Ocidente interpretou que a URSS estava “sempre em marcha” e apresentava perigos constantes à paz no sistema internacional, fazendo com que o mundo vivesse sob o medo de uma possível guerra nuclear, sendo que a URSS tinha a maior contribuição para tal medo, uma vez que era liderada por homens bárbaros e não civilizados.

A reação soviética à perseguição estadunidense foi se adentrar na zona de influência dos EUA, o que explica, por exemplo: a Revolução de Cuba (1959); a Guerra do Vietnã (1955-1975); a influência soviética nos novos Estados do chamado “terceiro mundo”. Os Estados do terceiro mundo não se alinharam a nenhuma das potências hegemônicas, mas suas propostas políticas tendiam a políticas de desenvolvimento baseadas em preceitos de igualdade. Entre as décadas de 1950 e de 1970, então, não houve embate direto entre as duas potências hegemônicas, apenas no campo cultural e no território de suas zonas de influência.

Já na década de 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente nos EUA por se declarar um “militante anticomunista” em sua campanha eleitoral. Se aproximando da

teoria do Realismo, Reagan tinha visão pragmática das relações internacionais e enxergava a URSS como uma potência sempre preparada para trair e mentir. Por essa razão o presidente não procurou por um relaxamento de tensões, mas sim por um diálogo a fim de estabelecer a paz. Para ele, conter o socialismo não era suficiente e ele deveria ser derrotado. O objetivo de derrotar o socialismo era a ideia-chave para a “Doutrina Reagan”:

[...] os EUA deviam apoiar as rebeliões anticomunistas e retirar os respectivos países da esfera de influência da União Soviética. [...] Durante os anos 60 e 70, os Soviéticos tinham incitado sublevações comunistas contra governos que eram amistosos em relação aos Estados Unidos. Agora na década de 80, a América [sic] dava a provar aos Soviéticos um pouco do próprio remédio. (KISSINGER, 2012, p. 676).

Gradualmente a URSS cedeu às pressões exercidas pelos EUA, cessando suas “aventuras pelo Terceiro Mundo” (definição de Kissinger), visto que essas já não tinham mais efeitos ideológicos e/ou políticos naqueles países.

Em 1986 e agindo na defensiva, Mikhail Gorbachev, líder da URSS (1985-1991), iniciou as reformas da *glasnost* (liberdade, em russo) e da *perestroika* (reestruturação, do russo) a fim de modernizar (e não liberalizar) a política e a economia na URSS. No mesmo ano, Gorbachev e Reagan assinaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, realizando o sonho de Reagan por “um mundo não nuclear”, conforme relatos de Kissinger.

A Doutrina Reagan se fortalecia a medida que os países do Leste europeu lutavam e clamavam por democracia após as reformas de Gorbachev. Para tais insurgências, modernizar não era suficiente, era necessário ter liberdade, e, por isso, Gorbachev foi forçado a intensificar a liberalização.

A influência soviética decaía rapidamente na Europa durante os anos 1980. Em outubro de 1989, Gorbachev visitou Berlim para celebrar o 40º aniversário do estabelecimento da RDA (KISSINGER, 2012, p. 694). Após quatro semanas o Muro de Berlim caiu, representando, para o Ocidente, a vitória do neoliberalismo e da democracia.

Reagan foi eleito pela promessa de continuar com a política anticomunista a fim de assegurar o interesse nacional dos EUA e a paz. Apesar de tanto Gorbachev quanto Reagan esperarem pela própria vitória no fim do conflito ideológico, Reagan acreditava que a Guerra Fria só se findaria quando a URSS fosse convertida ao sistema neoliberal.

Na ótica de Kissinger, o conflito “bem x mal” teve fim no momento em que a URSS se dissolveu em 1991, consequência de movimentos separatistas nas regiões tomadas pelos soviéticos. Nesse sentido “a Guerra Fria não continuou, pelo menos em parte, por causa das pressões que o mandato de Reagan tinha exercido no sistema soviético” (KISSINGER, 2012, p. 685). Apesar de a URSS ter se dissolvido por conta das pressões de Reagan, Kissinger enxerga que nenhuma das potências hegemônicas venceu a Guerra Fria, mas uma delas saía como perdedora: a URSS.

Fred Halliday e a teoria intersistêmica

Ao contrário do Realismo, Fred Halliday, teórico irlandês, afirma que a organização interna dos Estados influencia no seu comportamento no sistema internacional. A Guerra Fria se caracteriza por um conflito intersistêmico: um conflito interestatal e intersocietal entre dois sistemas antagônicos, cujo objetivo principal da disputa era melhorar a própria imagem em relação ao outro sistema e prevalecer.

O conceito de “sistema” para Halliday se relaciona à ordem interna dos blocos capitalista e socialista, refletindo a respectiva organização interna de suas sociedades e de seus regimes políticos. Por isso, o conflito da Guerra Fria existia por conta da *heterogeneidade* entre os sistemas socioeconômicos predominantes nos dois blocos:

O resultado disto foi que, *enquanto os dois sistemas distintos existirem*, o conflito da Guerra Fria estava destinado a continuar: a Guerra Fria não poderia terminar com o compromisso ou a convergência, mas somente com a prevalência de um destes sistemas sobre o outro. Somente quando o capitalismo prevalecesse sobre o comunismo, ou vice-versa, o conflito intersistêmico se encerraria. (HALLIDAY, 2007, p. 192).

Esse conflito era “dinâmico e universalizador” (HALLIDAY, 2007, p. 192) por conta das contradições existentes entre os sistemas, levando-os a protegerem seus Estados e suas zonas de influência a fim de maximizar seus ganhos relativos. Na busca por maximização, um Estado desafiava o outro para passar credibilidade de que seu próprio sistema se encontrava em situação de vantagem.

O “terceiro mundo” foi o palco para que os EUA buscassem mercados e para que a URSS incentivasse revoluções que tendiam à ideologia socialista. O conflito intersistêmico tinha como uma das principais características o desejo de universalização

da ideologia de ambas as potências hegemônicas: um Estado estava comprometido em converter o outro a sua própria ideologia. À vista disso, o conflito intersistêmico operava em outras esferas (como política externa, interação socioeconômica e interação ideológica), caracterizando a busca pelo envolvimento de *players* que não os Estados ou governos.

O conflito intersistêmico só teria fim quando um dos blocos prevalecesse sobre o outro, ou seja, quando a *homogeneidade* fosse conquistada, uma vez que os interesses eram antagônicos. O leninismo pregava a revolução mundial para que seu sistema prevalecesse; já os ocidentais (neoliberais) acreditavam na “teoria da disputa”: a URSS era uma ameaça por conta da revolução leninista e deveria ser contida (HALLIDAY, 2007, p. 193). A política de contenção dos EUA contra os socialistas foi formulada porque, caso a contenção fosse alcançada, os ocidentais trabalhariam numa erosão do bloco a longo prazo como uma precondição para o fracasso da URSS.

Historicamente o capitalismo transforma o mundo à sua imagem, o adapta para sua própria sobrevivência, e por isso, tal sistema incorpora e destrói sistemas socioeconômicos rivais. Nas palavras de Halliday “um sistema já estabelecido, o capitalismo, gerou e depois sufocou o seu novo rival emergente” (HALLIDAY, 2007, p. 203). O socialismo surgiu como uma alternativa ao sistema capitalista a fim de trazer mais igualdade através da revolução, uma vez que esse era descrito como opressor e desigual para a maioria (o proletariado).

Apesar de a heterogeneidade ser o principal motor da Guerra Fria, ela também trazia a estabilidade que Kenneth Waltz (2004) descrevia: por ser um ordenamento bipolar, o qual duas potências hegemônicas lideram o sistema internacional, a estabilidade prevalecia porque a rivalidade mantém o *status quo* das potências (HALLIDAY, 2007, p. 196).

A competição entre URSS e EUA era essencialmente desigual para Halliday. O segundo era superior e mais forte em quase todos os aspectos-chave, com exceção da esfera militar-tecnológica porque a URSS tinha capacidade de acompanhar seu inimigo por meio da mobilização intensiva das massas, sendo possível, por exemplo, que o sistema socialista sustentasse a corrida armamentista.

O colapso da URSS em 1991 trouxe a prevalência do sistema capitalista e dos EUA, conseqüentemente. Considerando esse o marco do fim da Guerra Fria, a disputa ideológica não se findou através de um conflito bélico direto entre os dois sistemas (como os teóricos do Realismo e do Neorealismo previam), nem através da dissolução

do território de um dos blocos por conta de pressão militar e comercial. O fim da Guerra Fria se deu através de uma implosão dentro do bloco soviético, ou seja, pelo efeito demonstrativo do sucesso do sistema capitalista, segundo Halliday. Portanto, a Guerra Fria teve fim no momento em que, justamente, um bloco prevaleceu sobre o outro.

QUADRO COMPARATIVO

AUTOR	TENDÊNCIA TEÓRICA	MARCO DE INÍCIO	MARCO DE TÉRMINO	CAUSA DO CONFLITO
ERIC HOBSBAWM	<p>Realista: os Estados determinam a estrutura anárquica do sistema porque são egoístas.</p> <p>Subjetivista: a Guerra Fria era fruto de interpretações errôneas de ambos os lados.</p>	Lançamento das bombas atômicas (agosto de 1945).	Conferência de cúpula de <u>Reykjavik</u> (1986) e Washington (1987) – “reconhecimento do absurdo da corrida nuclear” (p. 246).	Percepções e interpretações errôneas em relação ao outro.
HENRY KISSINGER	Neorrealista: a anarquia pressiona e constrange o comportamento dos Estados, tornando-os egoístas.	Conferência de Potsdam (julho e agosto de 1945).	Colapso da URSS (1991) – o inimigo deixa de existir porque foi convertido ao sistema capitalista.	Ameaça da URSS, que era bárbara e indomesticada.
FRED HALLIDAY	Teoria <u>intersistêmica</u> : disputa entre dois sistemas antagônicos.	Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial (1945).	Colapso da URSS (1991) – um sistema prevalece sobre o outro.	Heterogeneidade no sistema internacional.

Fonte: Autoria própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito ideológico foi cunhado como “Guerra Fria” por ter sido indireto, dando-se em territórios de países de suas respectivas zonas de influência e através da cultura, propagando estereótipos e especulando mensagens e sinais (muitas vezes erroneamente interpretadas) obtidos pelos sistemas de espionagem de ambos Estados.

De acordo com Halliday, a Guerra Fria foi um conflito intersistêmico o qual dois sistemas antagônicos disputavam poder no sistema internacional, uma vez que são racionais e buscam a maximização de seu poder relativo (poder frente aos outros Estados). O conflito chegaria ao seu fim apenas e somente quando um sistema se sobressaísse em relação a outro, trazendo a morte de um deles.

A Guerra Fria teve fim por conta de uma implosão no sistema socialista soviético após as mudanças promovidas por Mikael Gorbachev (*glasnost* e *perestroika*), já que passou a estabelecer relações com o sistema capitalista, e não foi capaz de acompanhar seu ritmo. A emergência de um arranjo multipolar foi divergente do que os teóricos do Realismo e do Neorealismo defendiam: do conflito indireto não emergiu uma potência hegemônica no sistema internacional (o que caracterizaria o arranjo unipolar do sistema); tal potência não emergiu após um embate direto entre as potências hegemônicas; e não houve vencedores do conflito indireto, mas apenas um perdedor: a URSS.

Os vencedores em questão foram a liberdade e o individualismo, que geralmente caminham de mãos dadas. Apesar de ter apresentado sucesso no regime socialista soviético na Rússia (antiga URSS), o socialismo de Karl Marx, não foi adaptado àquele país conforme o socialismo descrito e idealizado pelo autor.

“Socialismo” não era um termo político e não remetia a *nenhuma* organização de sociedade ou regime político, mas se referia ao fato de que “o ser humano é por natureza social e sociável” (HOBBSAWM, 1992, p. 255). Por isso, o contrário de socialismo era “individualismo”, e não capitalismo. Os valores socialistas se pautavam no *social*, diferentemente dos valores capitalistas, que se pautavam no *material* e no benefício próprio.

A liberdade a qual a dissolução da URSS anuncia é a liberdade de gozar dos prazeres proporcionados pelo capitalismo, sendo que esse sistema engenhosa e incansavelmente mente busca tornar a vida humana mais complexa para que os

indivíduos necessitem comprar, garantindo a manutenção do poder daqueles que produzem (“capitalistas”, como Marx classificou).

Essa liberdade proporciona aos indivíduos o gozo e usufruto dos bens materiais produzidos pelo capitalismo sob o álibi de “necessidades para uma vida confortável”. Esses indivíduos têm, então, a liberdade de escolher seus produtos dentro da vasta diversidade de produtos disponíveis. Esses produtos (bens) advêm de fluxos e de interações proporcionadas pela globalização do mercado internacional, dando aos indivíduos a possibilidade de escolher qual produto satisfaz melhor suas necessidades.

O fim da Guerra Fria marca também o fim do socialismo? O capitalismo pós Guerra Fria (o capitalismo globalizado) fortaleceu o argumento de que o *material* deveria se sobrepor ao *social*, fazendo com que as necessidades básicas (como alimento, água, moradia e saúde) se tornassem produtos mercantis, favorecendo indivíduos de maior poder aquisitivo e aumentando as disparidades entre ricos e pobres: o aumento das disparidades sociais mantem esses presos num mundo sem liberdade de escolha, pois estão fadados a permanecer em suas condições econômico-sociais até não sobreviverem ao vão entre solidariedade e lucro. Liberdade pra quem, afinal?

O socialismo em sua forma pura (não nos moldes soviéticos) buscava a humanização do modo de produção estabelecido a partir da Revolução Industrial na Inglaterra no século XIX. Pelo fato de os humanos estarem sendo substituídos pelas máquinas, mais pessoas perdiam seus empregos, fazendo com que os detentores dos meios de produção explorassem o proletário, pois esses aceitavam empregos por salários baixos e péssimas condições de trabalho. Aliás, o termo “proletário” foi cunhado porque dentro desta classe social havia um grande número de casais com muitos filhos (prole), assemelhando-se aos ratos, animais associados à sujeira e ao nojo e que se procriam com rapidez e em grande número.

Devido aos problemas advindos dessa conjuntura caracterizada pelo individualismo, pela busca incansável por lucro e pelo benefício próprio, resultando em guerra, fome, xenofobia, migrações forçadas, desemprego, aumento da concentração de riqueza, intensificação de mazelas sociais, entre outros problemas que assolam e assombram o mundo do século XXI, o socialismo não morre porque vem como uma via alternativa pela humanização das relações sociais e pela conscientização de que o Outro também é um ser humano, não importando a etnia, condição financeira, posição política, nacionalidade, gênero, religião ou qualquer outra diferenciação construída ao longo da história: são humanos e devem se conscientizar de sua igualdade uns com os outros.

REFERÊNCIAS:

ARBEX JUNIOR, José. **Guerra Fria: Terror de Estado, política e cultura**. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 1997. p. 7-40.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 187-206.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006. p. 261-273. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 11-26; 223-252; 363-390.

_____. **Renascendo das cinzas**. In BLACKBURN, Robin (org.). Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 255-270.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 369-388; 429-453; 496; 666-701.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 12ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 28; 49; 89; 92.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**. São Paulo: Editora UNB, 2003. p. 3-28; 49-66. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em: 11 abr 2015.

OLIVEIRA, Dennis de. Entrevista – Zygmunt Bauman. **Revista Cult**, São Paulo, ano 12, 03 ago. 2009. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-zygmunt-bauman/>>. Acesso em: 09 out. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 17-21; 37-57.

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 197-230.